

Pesquisa em Ciências Humanas e Desenvolvimento entre as Populações Tradicionais Amazônicas

Research in Human Sciences and Development among Amazonian Traditional Populations

Ligia T. L. Simonian¹

Resumo: A implementação de pesquisa no campo das Ciências Humanas e suas relações quanto ao desenvolvimento e às populações tradicionais da Amazônia constituem-se no objeto de discussão desse artigo. Do ponto de vista metodológico, não apenas uma análise da produção conceitual acerca dos conceitos *desenvolvimento/sustentabilidade*, *comunidade*, *populações tradicionais* e *ética* é realizada, inclusive com destaque para seus pontos criativos e seus limites. Materiais de campo produzidos a partir de pesquisas que objetivaram dar suporte às demandas das populações tradicionais por meio de laudos periciais exigidos pelo judiciário ou instituições que implementam políticas públicas também são considerados e analisados, precisamente quanto aos indígenas, quilombolas e cabodas. Desse embate entre idéias e evidências, tem-se uma relação conflitiva entre os interesses de pesquisadores, consultores, missionários e populações locais. Tal relação, por sua vez, sugere que os avanços em direção ao desenvolvimento e, em especial, à sustentabilidade são limitados, ao contrário dos seus limites que são muitos, mas, mesmo assim, as buscas de superação são persistentes.

Palavras-Chave: Pesquisa. Ciências humanas. Desenvolvimento. Populações tradicionais. Amazônia.

Abstract: The implementation of research in the field of Human Sciences and their relations towards development and traditional populations in the Amazon constitute the debate issue of this paper. On the methodological view, not only an analysis of the production regarding the concepts of *development/sustainability*, *community*, *traditional populations*, *ethics* is done, which includes a highlight to its creative points and limits. Yet, fieldwork data produced in research that intended to support the demands of the traditional populations through expert studies required by the judicial system or institutions that undertake public policies are considered and analyzed, precisely when referred to Indigenous, Maroons and Caboclos. The struggle that results from such ideas and evidence sustains a conflictive relationship between the interests of researchers, consultants, missionaries and local populations. And by its turn, this relationship suggests that the advancements in the direction of the development and in special to sustainability are scarce, contrary to their limits that are many, even though the searches attempting to excel are resilient.

Key Words: Research. Human sciences. Development. Traditional populations. Amazon.

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Professora e pesquisadora. Ph. D. em Antropologia (Universidade da Cidade de Nova Iorque - CUNY, 1993). (simonian@ufpa.br).

INTRODUÇÃO

A problemática em discussão, ou seja, a do *papel da pesquisa em Ciências Humanas (CH) no desenvolvimento de populações tradicionais*, só pode ser considerada, mesmo *a priori*, como da maior importância para a academia, para o poder público e para a sociedade. Nesta perspectiva, há de se ressaltar a pesquisa e suas múltiplas implicações, a relação pesquisador/comunidade e a ética (ALMEIDA, 1992; OLIVEIRA, 1992; SANTOYO, 1992; SCHLEMMER, 1992; WILMSEN, 1989). Também a discussão dos conceitos desenvolvimento, comunidade e populações é central a essa problemática (FURTADO, 1994; GUIJT; SHAH, 1998; SIMONIAN, 2000). Neste trabalho, há, ainda, que se verificar as questões da formação e da inserção do pesquisador no âmbito da Antropologia, contextos universitários, institutos de pesquisa e da aplicabilidade dos resultados da pesquisa, em especial na Amazônia.

Esta primeira questão impõe uma reflexão a ser feita, principalmente porque, no Brasil, é baixo o número de inscritos para os cursos de CH com interesse em populações tradicionais e, em especial, indígenas. Exemplo nesta direção é o número de dissertações sobre indígenas produzidas no Mestrado em Antropologia Social da UFPA, que dentre 40 trabalhos concluídos em 2002, apenas dois (5%)² tratam dessas nações (PROFISSIONAIS, 2002). Sobre as outras populações tradicionais – caboclos, camponeses e quilombolas, o número de

dissertações é do mesmo modo reduzido. E, embora se saiba que as dificuldades de acesso a verbas e a demora no processo de autorização de pesquisa³ influenciam na decisão dos alunos,⁴ faltam esforços no sentido de reverter essa situação, pois, na Amazônia e mesmo no estado do Pará, é complexíssima a realidade das populações tradicionais. Mas uma perspectiva contemporânea sobre formação de profissionais habilitados a atuarem em múltiplos contextos passa pela análise da sustentabilidade como parte desse processo.

A outra discussão passa pela questão da aplicabilidade dos resultados da pesquisa. Nesta direção, o ensinamento de Sol Tax (1945 apud BASTIDE, 1971, p. 119), quando afirma [...] *ter levado muito tempo para compreender que em primeiro lugar se impunha descrever objetivamente e sem emoção os fatos tais como eram, e que se necessitava um conhecimento prévio do meio para poder operar eficazmente [...]*, mostra-se resistente. E embora desde então toda uma revolução teórica e metodológica tenha sido feita no âmbito da Antropologia, principalmente no sentido da crítica ao discurso etnográfico – Talal Asad, James Clifford, Eleanor Leacock, Edward Said etc. –, mesmo no âmbito da antropologia aplicada (BASTIDE, 1971; GARDNER; LEWIS, 1996) a importância da pesquisa persiste como central. De fato, sem ela a operacionalização de conceitos e a aplicação de estratégias caem no vazio.

² Outras duas dissertações referem-se a tais populações, mas uma sobre a identidade mítica das Amazonas e outra sobre uma coleção etnográfica (id., p. 6-7) precisamente, são três as dissertações sobre populações pesqueiras, duas sobre populações negras e cinco sobre caboclos ribeirinhos e outras.

³ Em Terras Indígenas (TI) ou Unidades de Conservação (UC) exige-se autorização para a pesquisa. Nesse primeiro caso, o processo burocrático é, em geral, lento, inclusive porque passa por instâncias da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, eventualmente pelo Ministério da Saúde e, não raro, as autorizações são negadas.

⁴ Mesmo assim, em outras unidades de ensino dessa Universidade, muitos estudantes têm privilegiado aspectos da realidade das populações tradicionais da região para desenvolverem suas pesquisas e dissertações, teses ou outros trabalhos, a exemplo dos que estudam no NAEA/UFPA.

Uma outra questão conexa diz respeito à eficiência do pesquisador, o que não se desvincula da ética, pois, se a pesquisa é produzida seguindo os cânones das CH ou da Antropologia, por certo implicará em muitas possibilidades de uso para a população envolvida. Nesta perspectiva, uma formação sólida e pensando numa tendência positiva, a pesquisa pode subsidiar laudos ou perícias antropológicas, elaboração de projetos de desenvolvimento e culturais, de material didático, dentre outros produtos. Pode contribuir, ainda, para o fortalecimento da identidade sociocultural local, quer seja a matriz indígena, cabocla, quilombola ou camponesa.

Contudo, impasses podem emergir nos casos em que erros etnográficos ou de interpretação ocorrem. Hiatt (1989) revela a perda de confiança no modelo estrutural funcionalista. Precisamente, Radcliffe-Brown teria desconsiderado critérios importantes na definição de direitos à terra entre os aborígenes australianos (HIATT, 1989), o que teria inviabilizado o reconhecimento de demandas por eles apresentadas. Além do mais, a má-fé pode ser manipulada, como em casos de laudos que têm favorecido os interesses de fazendeiros e outros segmentos sociais não-índios, em detrimento dos direitos dos indígenas.

Embora diste de uma natureza biográfica ou autobiográfica (KUPER, 1980; PIÑA, 1991), esse trabalho reflete uma longa experiência pessoal com pesquisa antropológica e jurídica junto a populações tradicionais, que inclui a produção de laudos periciais (SIMONIAN, 1999b, 1998, 1997, 1996, 1995), um tipo de trabalho que, em geral, se relaciona aos interesses de tais populações. Simultaneamente, essa experiência vincula-se com a formação de pesquisadores, tanto no âmbito da pós-graduação como da graduação e, ainda, com a assessoria a grupos sociais tradicionais de interesse diversos, quando muitas vezes se confrontam com assessores ligados às Organizações Não-Governamentais – ONG ou outros ativistas. Assim, os dados ora considerados dizem respeito a essas situações e,

numa perspectiva comparativa, às de outros antropólogos e às veiculadas na bibliografia especializada.

O que segue é uma discussão teórica introdutória sobre a importância das CH, em especial acerca da Antropologia, para as populações tradicionais. Então, contextualiza-se a questão da formação de pesquisadores e a aplicabilidade dos resultados. Tem-se, a seguir, uma caracterização e análise de experiências na Amazônia, especialmente entre populações indígenas e extrativistas. Logo, se faz uma discussão e notas conclusivas que sugerem a essencialidade de um bom preparo dos pesquisadores em CH e antropólogos, pois serão, ao longo de suas carreiras, solicitados a intervir em pesquisas pensadas no sentido de contribuir junto aos processos de desenvolvimento, quando lhes será cobrada a devida competência.

A QUESTÃO TEÓRICA-CONCEITUAL

Nos tempos atuais, a formação de pesquisadores antropólogos implica numa discussão mais ampla como a da sustentabilidade, que se remete, principalmente, ao conceito de desenvolvimento sustentável. E, no que diz respeito à questão dos produtos de pesquisa, noções como a de comunidade, populações tradicionais e ciência do concreto são fundamentais, principalmente porque todo um repensar vem sendo feito (GOODMAN; REDCLIFT, 1991; LÉVI-STRAUSS, [1962] 1976; SIMONIAN, 2001, 2000). Assim, quaisquer análises envolvendo tais questões e conceitos passam por perspectivas passadas, presentes e futuras.

O conceito de sustentabilidade aparentemente remete-se à problemática da produção econômica, mas com a proposta em torno do desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987; SACHS, 1980) seu uso é ampliado para outros contextos, como os da educação e da pesquisa. Desse modo, uma realidade é sustentável na medida em que o seu processo específico de reprodução social é

simultaneamente garantido. Em outros termos, a realizar-se a mesma asseguram-se as condições de sua reprodução. Já o desenvolvimento sustentável é uma perspectiva que aponta para o *devenir*, embora como proposta exista desde a economia clássica do capitalismo, como em Adam Smith, o que foi ratificado pelo marxismo. Mas uma questão permanece, ou seja, a que aponta para a natureza quase utópica acerca de suas possibilidades.

Nesta direção, a educação é considerada como um dos elementos essenciais no contexto do desenvolvimento humano e, conseqüentemente, do desenvolvimento sustentável. No entender de Nascimento (2001, p. 96), educação e desenvolvimento [...] *são dois fenômenos ou processos sociais pensados articuladamente, um remetendo ao outro*. Assim, sem uma formação adequada e atualizada de seus integrantes, uma sociedade vai enfrentar dificuldades no sentido de avançar na produção do conhecimento e de alcançar condições dignas de vida. Pesquisas recentes sobre as populações tradicionais, especialmente daquelas que vivem em contextos de floresta de terra firme, de ilhas e de rios (FERREIRA, 2001; SIMONIAN, 2001; SOARES, 2001), revelam um analfabetismo generalizado. Isso reflete-se no nível de desenvolvimento e é, simultaneamente, uma de suas razões. De todo modo, se for eficiente o pouco que se tem em termos de pesquisa, em especial nas CH, por certo os resultados podem vir a contribuir para com as sociedades onde é desenvolvida.

É crítico, ainda, o conceito de comunidade, em especial pelo seu uso banalizado. No mais das vezes, o mesmo é utilizado no sentido dado pela Igreja Católica Apostólica Romana, por seu segmento que predica a *teologia da libertação* (FREI BETTO, 1981). Segundo este entendimento, comunidade implica em união, cooperação e fraternidade de seus integrantes,

quer estejam espacialmente próximos ou não. Mas, a pensar-se como Guijt e Shah (1998) e Simonian (2000, 1997), há de se considerar as tensões, conflitos e violência que permeiam tais comunidades. De fato, é só a partir de tal perspectiva que se pode extirpar prováveis romantismos em torno do conceito de comunidade e de tudo que o mesmo implica.

Por populações tradicionais entende-se, em geral, os agrupamentos humanos que têm um grau de dependência grande em relação ao ambiente natural, notadamente quanto aos recursos naturais e a um acervo tecnológico e cultural bem simples, em que pese a sua eficiência (FURTADO, 1994). Nesta direção, o conceito de tradição é central, principalmente porque se remete a uma oralidade dominante se considerada a humanidade desde tempos imemoriais, e que, mesmo assim, tem fundamentado toda uma *ciência do concreto*, conforme a argumentação de Lévi-Strauss (1962). Mas por ter sido, desde a expansão do capitalismo, associada à noção de oposição ao progresso ou às distintas modernidades (HOBBSAWM; RANGER, 1983; LUCK, 1996), o que é identificado como tradicional é automaticamente discriminado como inferior. Nesse contexto, a capacidade intrínseca de resistência das tradições tende a ser vencida pelo poder abrangente da modernidade.

De todo modo, para além de um tal entendimento preconceituoso, muito da tradição é, em sua essência, igual à violência. O que se entende como tradição pode violar, mutilar, aterrorizar, como demonstra Sider (1997). Já os impactos de uma tal perspectiva implicam em processos predominantemente destrutivos, o que pode ser traduzido pelo conceito de destradicionalização (HELLAS; LASH; MORRIS, 1996). E, como a cooptação, o sentimento de impotência quase sempre permeia tais fenômenos, como revela a experiência do indígena Amundawa, de Rondônia/sudoeste da Amazônia,⁵ que se sentiu

⁵ Também se constata a grafia nas formas Amundaua e Amondava.

sem forças para reagir ao abuso de sua irmã por um líder casado, o que não era da sua tradição antes do contato, quando havia respeito nas famílias (SIMONIAN, 2001). Nessa perspectiva, as populações tradicionais vêm sendo atingidas por transformações de toda ordem.

Recentemente, muitas dessas populações têm sido, inclusive, *invadidas* por assessores vinculados às ONG ou outros ativistas, isso para não enfatizar a presença de missionários⁶. Embora aspectos positivos possam ser identificados quanto a essas intervenções junto às populações tradicionais, como posto em Género (1995) ao tratar da questão de gênero e suas relações com a problemática institucional no contexto das ONG, de fato emerge todo um faccionalismo entre seus agentes, o que quase sempre acaba atingindo os pesquisadores que estudam tais populações, direta ou indiretamente. Outros envolvimento, principalmente no sentido de cooptação, muitas vezes em prejuízo visível a tais populações tradicionais, também ocorrem na relação assessores-ativistas-pesquisadores-populações tradicionais.

E o que podem os cientistas sociais e, em especial, os antropólogos fazer por elas? Por certo que podem muito, principalmente quanto à produção de conhecimentos, independentemente das críticas que vêm sendo feitas, quer por antropólogos propriamente ditos, independentemente de serem nativos ou não, quer pelas populações tradicionais ou outros segmentos sociais com quem trabalham. Mas sua intervenção como pesquisadores ou como assessores tem limites, muitos dos quais difíceis de transpor.

PESQUISA NO CONTEXTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

No âmbito da pesquisa, tanto a definição do objeto como as metodologias, as evidências produzidas e as

interpretações são relevantes, com o que as populações tradicionais têm sido, freqüentemente, beneficiadas. Por sua vez, discussões envolvendo a ética de parte do pesquisador têm se constituído como a garantia de um *bias* positivo nessa relação. De fato, em que pese exceções e críticas contundentes de autores pós-modernos, a produção das CH, e em especial, da Antropologia teve e continua tendo impactos muitas vezes transformadores para tais populações, dos quais muitos sequer foram pensados *a priori*.

De fato, independentemente de orientações teórico-metodológicas, desde os clássicos formadores da Antropologia, têm-se, neste campo científico, preocupações com a aplicabilidade do conhecimento. Por exemplo, ao trabalhar com questões jurídico-institucionais, o que fez inclusive com base em trabalho de campo, Morgan ([1859-1862] 1959) abriu espaço para discussões acerca dos direitos territoriais indígenas nos Estados Unidos da América – EUA e de políticas públicas mais gerais. Já Boas (1896), a par de todo o seu trabalho voltado para a documentação de culturas específicas de indígenas da América do Norte, ao estilo da *antropologia salvacionista*, contribuiu muito com o debate que tentava superar as perspectivas etnocêntricas em torno dos conceitos de raça e racismo. Malinowski (1929), o inovador por excelência quanto ao trabalho de campo, elaborou criticamente sobre a administração colonial. Desde então, abordagens dessa ordem têm permeado os interesses de pesquisa dos antropólogos e, até mesmo, resultado em especialidades, como a *antropologia aplicada*, a do *desenvolvimento* e a das *políticas públicas*.

Os estudos que tratam de relações interétnicas e raciais no Brasil foram importantes no último quartel do século XIX e na primeira metade do XX, principalmente a partir da *escola da Bahia*. A persistência de racismo contra os negros foi, então,

⁶ Sobre essa presença, principalmente entre os indígenas, dentre outros, ver Simonian (1999).

revelada (A GAZETA, 1866-1930 apud SCHWARCZ, 1993; RAMOS, 1935; RODRIGUES, [1894] 1957). Décadas mais tarde, um trabalho de pesquisa e análise abrangente é publicado, onde são comparadas as relações raciais entre negros e brancos nos EUA e no Brasil (HARRIS, 1964) e, também, uma lei federal que incrimina a prática de racismo. Na segunda metade do século XX, um grupo de sociólogos da estirpe de Roger Bastide, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Oraci Nogueira e Thales de Azevedo, dentre outros, adentrou-se pelos labirintos das relações raciais entre negros e brancos no Brasil, tendo desnudado o que de pior se poderia encontrar num contexto marcado pelo racismo e por desigualdades impensáveis.

Embora desde cedo os antropólogos tenham se envolvido com questões jurídicas relativas às populações tradicionais, é mais recentemente que ocorre um *boom* nesse sentido. No Brasil, muitos desses especialistas militaram contra os processos etnocidas, em defesa dos direitos territoriais e culturais indígenas etc., o que produziu toda uma crítica de parte de antropólogos estadunidenses que, inclusive, rotularam a antropologia feita no país como brasileira (RIBEIRO, 1987). Mas, independentemente de qualquer preconceito, a produção de laudos e de reflexões a respeito tem marcado a antropologia feita pelos brasileiros nos últimos anos (SANTOS *et al.*, 1982). Precisamente, nos mais das vezes tais trabalhos tratam dos interesses territoriais de indígenas, caboclos extrativistas e de quilombolas (ACEVEDO; CASTRO, 1993; LEA, 1997a,b; SIMONIAN, 1999b, 1998). E, como se vê em O Índio (1983) e Simonian (1995), laudos e reflexões envolvendo problemas de natureza criminal também têm sido comuns. O impacto desses trabalhos, e de outros, tem sido benéfico para as populações envolvidas, embora nem tudo o que poderia resultar de positivo haja sido viabilizado.

Os cientistas indígenas, quilombolas e caboclos da Amazônia têm exercido uma influência grande no contexto das ciências, da tecnologia e da cultura. Nos

EUA, muitos deles têm publicado a sua produção, o que se remete à incorporação de padrões científicos ocidentais, sendo a coletânea organizada por Cajete (1999) a que engloba categorias analíticas como saúde, ambiente, agricultura e tradições indígenas. A performance científica dos indígenas tem sido reconhecida por parte da academia e, precisamente no âmbito da Antropologia, os especialistas em Etnociência e em Ecologia Humana são os que mais trabalham nessa perspectiva. Assim, o texto *A ciência do concreto* de Lévi-Strauss ([1962] 1976) é exemplar nessa direção. Mas, a considerar-se os trópicos úmidos em geral e a Amazônia em particular, há de se ressaltar os trabalhos de William Balée, Harold Conklin, Clifford Geertz, Darell Posey, Reed e Vandana Shiva, dentre tantos outros, todos paradigmáticos nessa perspectiva. De todo modo, existem argumentos que desqualificam tais conquistas, ensinamentos e possibilidades, como o entendimento de Washburn (1987), que nega validade ao enfoque e à metodologia utilizados por cientistas nativos, como os indígenas.

São também variadas as influências das ciências, da tecnologia e da cultura indígenas no contexto amazônico. As discussões contemporâneas em torno da sustentabilidade têm, de fato, muito a ver com a *ciência do concreto* dos nativos. Balée (1989), Descola (1988), Posey (1983) e Reed (1997) são essenciais nessa direção, principalmente pelo que puderam documentar acerca dessa ciência. O texto de Yanomami (1989) tornou-se central quanto à possibilidade de influenciar as políticas públicas voltadas para os interesses territoriais indígenas e, principalmente, à regularização do *habitat* de sua nação como terra contínua. A tradição oral foi igualmente importante para a resistência cultural, principalmente porque os saberes e as tecnologias revelaram-se eficazes no contexto ecológico regional. Assim, muito se pode observar ainda hoje, na região, quanto às tecnologias produtivas, de transporte, de arquitetura, aos saberes sobre o uso das plantas e da fauna etc.

No plano sociocultural, a presença dos pajés continua forte e seus conhecimentos milenares ainda são apropriados pelos habitantes não-indígenas da região. A alguns anos, Harner (1982), por exemplo, fez a sua iniciação xamânica com os Schuar do Equador e está a fazer um trabalho de reapropriação dessa tradição entre os indígenas que a perderam para os processos de dominação colonial. Na Amazônia, além dos tantos pajés caboclos que se encontram nas áreas de ocupação ribeirinha (SIMONIAN, 2002; 1995, notas de campo/n.c.), ou mesmo de terra firme, há os que se organizaram em torno do *santo-daime* (FERNANDES, 1986). Missionários têm também *convertido-se* à antropologia (SIMONIAN, 1999a). E conforme se tem observado no âmbito das artes e da cultura material, são muitos os artistas urbanos a reproduzir os padrões da cultura milenar indígena, como grafismos em cuia (*Crescencia kujete*) e tecido, cerâmica marajoara, tapajônica, esculturas em madeira e balata (*Manilkara bidentata* D. C. Chev.) etc., o que fazem como meio de vida (SIMONIAN, 2002-2001, n. c./arquivo fotográfico/arq. fotogr.). Contraditoriamente, as populações tradicionais dificilmente conseguem comercializar sua produção artesanal ou, quando o fazem, isso ocorre em condições adversas.

Porém, independentemente de a pesquisa científica entre populações tradicionais ser feita por cientistas de seus próprios contextos ou por cientistas que não as integram, cedo ou tarde os efeitos dos produtos finais fazem-se sentir. Muitas vezes, os impactos são tardios. Aliás, nesse empreendimento, a preocupação de parte das populações tradicionais, dos agentes de políticas públicas ou mesmo dos cientistas com o imediatismo não é nada salutar.

EXPERIÊNCIAS RECENTES E PERSPECTIVAS CRÍTICAS

Muitas das experiências que contam com assessorias e se fundamentam em pesquisas produzidas no âmbito das CH, ou especificamente da Antropologia,

revelam o quão limitado é o poder dos cientistas ligados a essas áreas do conhecimento. Embora eles possam informar sobre as probabilidades ou tendências em relação a uma determinada problemática, os mesmos dificilmente têm o poder de decidir e interferir diretamente na produção de resultados. É freqüente a participação de assessorias desqualificadas, tanto de parte de cientistas como de segmentos vinculados às ONG e ativismos diversos, o que pode alterar parcial ou totalmente o direcionamento de uma proposta. Aliás, e para citar apenas duas instâncias, no campo do indigenismo e na Amazônia é freqüente o encontro, em campo, de agentes que se auto-intitulam de assessores, mas que não apresentam a qualificação ou a experiência necessária para o trabalho que estão a realizar.

Por sua vez, por não terem uma formação mais sofisticada ou até por serem analfabetas ou não disporem de recursos – o que lhes daria mais autonomia –, tais populações têm dificuldades de participar do processo decisório que envolve a escolha de tais assessorias. No rio Maracá (AP), por exemplo, onde há um Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os extrativistas locais contaram, nos anos de 1990, com assessorias viabilizadas por uma ONG que, além de outros profissionais, envolveram cientistas sociais e uma antropóloga por um bom período de tempo, dispondo inclusive de recursos. Entretanto, pouco pode ser feito no sentido de se chegar a um desenvolvimento sustentável, grande parte disto em decorrência da desqualificação e do abuso de poder de técnicos e responsáveis por serviços gerais do INCRA e do inexistente ou baixo nível de educação formal dos moradores.

Ações vinculadas ao próprio Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), do governo João Alberto Capiberibe (1995-2002), também atentaram contra a integridade do meio ambiente nesse PAE. No trabalho de campo na área,

pôde-se testemunhar, em várias ocasiões, a atuação desqualificada de técnicos, apenas um com curso superior, e de funcionários de serviços gerais gerenciando ações públicas junto aos moradores. Os resultados dessas interferências têm sido dramáticos para a área e seus habitantes.

Nessa direção, em vez de orientarem a atividade produtiva local no sentido de um agroextrativismo voltado para a sustentabilidade, técnicos de nível superior do INCRA foram flagrados impondo uma orientação direcionada para a pecuária. Em outra instância, um funcionário semi-analfabeto coordenava os trabalhos de construção de casas de alvenaria de modo inapropriado para o terreno escolhido. Um estaleiro comunitário e um projeto voltado para o reflorestamento e manejo de açaí (*Eutherpe oleracea* Mart.) foram viabilizados por assessores financiados pela Fundação Konrad Adenauer (Alemanha), mas quanto ao processo organizativo, necessário para levar adiante esses trabalhos, praticamente não houve avanço, o que levou ao abandono dessas propostas (SIMONIAN, 2004). Recentemente, os técnicos do governo Capiberibe aprovaram e apoiaram a instalação de uma serraria na área – empreendimento que tem se mostrado desastroso – bem como o financiamento de pescadores da colônia de pesca de Mazagão, que se adentram no rio Maracá para fazer pesca predatória.

As discussões levantadas pela autora em relação a tais desdobramentos não tiveram o poder de reorientá-los, pois sem recursos qualquer contraproposição “acaba” caindo no vazio. E como uns poucos moradores, técnicos e assessores terminam se beneficiando desses processos insustentáveis, se condições para mudanças existem, são na prática anuladas. Assim, muitos habitantes desse PAE continuam desconhecendo palavras ou expressões como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, biodiversidade, unidade de conservação, organização não-governamental. Apesar desse desconhecimento básico, houve consenso, alguns

anos atrás, no sentido de expulsar técnicos do Projeto LUMIAR – de assessoria técnica, implantado em parceria com o INCRA – e que foram contratados por uma cooperativa de trabalho, o que implica em uma terceirização de serviços que deveriam ser públicos. Os riomacauenses exigiram a saída de tais técnicos, sob o argumento de que eles não tinham experiência quanto aos processos produtivos com que trabalhavam – e nesse sentido sabiam menos que os trabalhadores locais – e nem aprimoramento teórico.

Situação similar vem ocorrendo na Reserva Extrativista – RESEX Chico Mendes, Acre. Ali, onde inúmeras pesquisas e assessorias foram realizadas e muito investimento foi feito no setor produtivo e no aspecto organizacional, o desenvolvimento sustentável ainda dista muito do horizonte da maioria dos habitantes (MEDEIROS, 1998; SIMONIAN, 1998, n. c.; SOARES, 2001). De fato, grande parte dos investimentos foi feita na área da RESEX vinculada ao município de Xapuri, sendo que no restante a pobreza extrema se manteve. Ultimamente, inclusive ante as precaríssimas condições, muitos extrativistas deram início à exploração destrutiva dos recursos florestais, em conexão com empresas madeireiras da região. A força conservadora das estruturas socioeconômicas e de poder é, em larga medida, responsável por inviabilizar uma proposta inovadora, produtiva e eficaz. Em que medida o governo petista do estado, já em sua segunda administração, vai transformar essa tendência é uma questão a ser oportunamente verificada e analisada, isso embora já se tenha indícios de que os compromissos com a preservação das florestas não sejam mais os mesmos de décadas atrás, a exemplo daqueles dos seringueiros que lutaram pela criação das RESEX.

As condições da sustentabilidade na RESEX Marinha de Soure não são diferentes, sendo que a grande questão continua sendo os crimes contra a economia de pesca, que inclui a pesca de baía e de rios e a captura de caranguejos (*Ucides cordatus*) (FERREIRA,

2001). Esse projeto de reserva levou anos para ser preparado, aprovado e implementado (FERREIRA, 2001) – o que ocorreu em 2002 – e, mesmo assim, os pescadores e caranguejeiros só há pouco tiveram o plano de manejo aprovado (SIMONIAN, 2005a). Um dos fatores que por certo influenciou neste processo, como evidenciado por Ferreira (2001), em fins dos anos da década iniciada em 1990, foi o analfabetismo generalizado entre a população com direitos territoriais a essa RESEX e aos recursos naturais nela existentes. Pelo que se pôde recentemente verificar *in locus* (SIMONIAN, 2005, n. c.), desde então foram implantadas três escolas nessa Reserva, porém as suas condições deixam muito a desejar. Mas, de acordo com as anotações de Simonian (2005a) em levantamentos realizados em 2001 e 2005, interesses escusos de muitos pescadores e caranguejeiros, isso além da pesca industrial, também estavam e estão a dificultar a implantação de um projeto voltado para a sustentabilidade dos recursos naturais e da própria vida humana nessa área.

Note-se, neste ponto, que pouco os cientistas puderam e podem fazer frente à esses processos. Além do mais, muitos que estiveram envolvidos no processo de criação dessa Reserva Marinha e mesmo investigaram as condições de vida das populações tradicionais que exploram os recursos propiciados por ela vêm sendo desconsiderados pela administração pública federal. Por exemplo, os mesmos não foram convidados a integrar a equipe que está à frente dos processos envolvendo a definição, a implementação e o monitoramento dessa Unidade de Conservação (UC) (SIMONIAN, 2003, n. c.). Que forças estão a impor esse direcionamento é uma questão que precisa ser detidamente investigada.

As recentes mudanças na configuração do Estado, com o chamado *enxugamento* exigido pelas políticas neoliberais, também estão a restringir muito as possibilidades quanto ao desenvolvimento em base sustentável nos contextos de UC, como nessa RESEX. Portanto, esse é um processo bem mais

amplo e que está a atingir sobremaneira a grande maioria das populações tradicionais amazônicas e as de outras regiões. Exemplar nesta direção, também, é o que vem ocorrendo, ainda segundo Simonian (2005b), na ilha Trambioca e junto à maior colônia de pescadores de Barcarena, Pará, a Z-13. Precisamente, ante à modalidade de pesca predatória e às agressões junto às águas estuarinas, como os muitos acidentes com resíduos poluentes a partir do parque industrial desse município, a capacidade pesqueira das proximidades está sendo drasticamente reduzida.

O Projeto *Apoio à Implementação do Manejo Socioambiental na Terra Xikrin do Cateté*, também conhecido como Kaben Djoui de Manejo Florestal dos Índios Xikrin do Catete, foi organizado e implantado a partir de pesquisas sobre o potencial madeireiro e, especialmente, do mogno (*Swietenia macrophylla* King), realizadas por pesquisadores da ONG conhecida como ISA – Instituto Socioambiental. Depois de anos de investimentos em recursos humanos e financeiros, na perspectiva de se promover o desenvolvimento sustentável – especialmente nas áreas social, jurídica, administrativa, econômica, florestal e cartográfica (GIANNINI, 2002; INDRIÚNAS, 2004) – esse Instituto retirou-se do empreendimento. A seguir, as lideranças indígenas fizeram um acordo com uma madeireira da região. E, independentemente das relações que entre si e de quais as razões dessa retirada, o Projeto adentrou-se por uma área produtiva questionável, principalmente ante à cultura destrutiva das florestas dominante na Amazônia e, em particular, no estado do Pará (SIMONIAN, 1997). As tensões que adviriam desse trabalho eram previsíveis, o mesmo ocorrendo com os danos para os interesses das gerações futuras.

Neste ponto, ainda há de mencionar-se que, para além da produção científica em si, os processos de organização da memória documental e museológica para essas populações, os quais quase sempre têm cientistas sociais como mentores e técnicos, são

reconhecidos como fundamentais. E quanto aos processos de construção da indianidade – um fenômeno mundial – ou mesmo as lutas de quilombolas e extrativistas acerca do reconhecimento de suas ocupações, tão comuns nas últimas décadas, tais processos têm sido essenciais. No sul do país, os Kaingang freqüentemente procuraram os documentos e mapas que integram o Arquivo Kaingang, Guarani e Xetá do Museu Antropológico Diretor Pestana, organizado pela autora em 1979. Na Amazônia, exemplar nesse sentido é o livro de Acevedo e Castro (1993) – *Negros do Trombetas* –, fundamental para o processo de constituição das terras quilombolas na bacia desse rio, e a obra *Quebradeiras de coco babaçu*,⁷ organizada por Almeida (1995), que se tornou uma espécie de *carteira de identidade* dessas mulheres extrativistas.

Outras instâncias nessa direção poderiam ser reveladas e analisadas, mas por ora é suficiente acrescentar as muitas dificuldades para se alcançar a sustentabilidade como mola mestra dos processos de desenvolvimento, o que não é de modo algum peculiaridade da Amazônia brasileira. Dentre elas, têm-se as exigências diversas para se acessar financiamentos e serviços, o que têm sido viabilizado através de associações impostas no mais das vezes via *top-down*, mas despreparadas; dificuldades para atingir padrões elevados nos processos produtivos e nos produtos finais e na comercialização da produção. Estas são questões complexíssimas, que exigem mudanças mais amplas para não dizer uma revolução cultural, o que limita em muito a capacidade de intervenção dos cientistas sociais e dos antropólogos. A sua intervenção tem, de algum modo, assegurado avanço quanto à consciência política das populações tradicionais da Amazônia, o que, conforme já assinalado, tem tido implicações positivas no âmbito da problemática da terra.

NOVAS BASES DA PESQUISA: COMPETÊNCIA, PRESSÕES, EQUÍVOCOS

Com os processos de democratização da cultura dos anos de 1960, uma realidade de abrangência mundial que incluiu a descolonização de grande parte da África e, mais recentemente, a redemocratização política, principalmente na América Latina, onde as ditaduras militares impuseram-se por muito tempo, igualmente a produção científica passou por mudanças. Desde então, grupos sociais, que têm sido objeto de investigação de pesquisadores, reivindicam sua participação nos processos decisórios e na fruição dos produtos finais. Esse processo não tem sido nada fácil, pois interesses muitas vezes diametralmente opostos são colocados em jogo. De fato, o mesmo tem sido permeado por tensões, conflitos e mesmo por violência, o que tem sido acompanhado por todo um repensar, tentativas de ajustes e de concessões.

A produção antropológica passou, desde então, por transformações radicais, pois as populações tradicionais, com quem muitos especialistas trabalham, passaram a fazer exigências. Nessa direção, os próprios pesquisadores começaram a rever os seus cânones, com a produção etnográfica tratada como mero discurso e alegoria (CLIFFORD; MARCUS, 1986) e, simultaneamente, compromissos sociais com os grupos ou segmentos sociais junto a quem se pesquisa reassumidos (COPANS, 1971). Títulos como *Responsabilidades sociais e políticas da antropologia* (COPANS, 1971), *The anthropologist as reluctant imperialist* (JAMES, [1973] 1992) e *Anthropology and the colonial encounter* (ASAD, 1973) são apenas alguns dos primeiros que consolidariam essas linhas de questionamentos. E se a crítica dos cientistas sociais nativos não fosse suficiente, outros especialistas também tomam a produção antropológica como objeto de estudo e

⁷ O coco de babaçu é o fruto do babaçueiro (*Orbygnia phalerata martiana* e *oleífera* – AREACACEAE).

constróem todo um discurso, agora dito, pós-moderno. Muitos destes, como se sabe e foi possível acompanhar durante o ano de 2000 em Nova Iorque, não têm quaisquer experiências de campo, numa volta, portanto, à tão abominada tradição intelectual do *armchair*.

Mas, em que pese a crítica muitas vezes exacerbada, avanços significativos vêm ocorrendo, como se vê quando se trata de competência. Embora o Brasil ainda esteja muito atrás na questão científica-educacional, o que dificulta o desenvolvimento econômico-social, cresce o reconhecimento de que sem educação e investimentos na área científica dificilmente mudanças significativas poderão ocorrer. Por exemplo, enquanto a Rússia tem 3397 cientistas e engenheiros em pesquisa e desenvolvimento por milhão de habitantes, o Brasil tem apenas 168, ocupando a sexta posição dentre os países emergentes (LIMA; SALGADO, 2003). Ademais, existem disparidades regionais a se pensar no acesso a recursos para bibliotecas, laboratórios, bolsas de estudo e de pesquisa, financiamentos para pesquisa e publicações especializadas. A região Norte do país tem sido penalizada nessa direção, pois seus cientistas têm pouca ou nenhuma participação nos comitês de avaliação. E, como não poderia deixar de ser, essas tendências têm implicações negativas tanto para o processo de capacitação e na decorrente eficiência dos pesquisadores como para a vida das populações tradicionais da região, pois se tornam lentos os processos envolvendo a pesquisa voltada a seus interesses.

Conforme já apontado, tais populações têm, por sua vez, demandado a realização de pesquisas com agendas voltadas a seus interesses. Como os impasses que enfrentam em seu cotidiano são muitos, elas se mostram ansiosas e pedem por resultados imediatos, o que nem sempre é possível sem uma política voltada para a formação de equipes para atuar dentre os indígenas, quilombolas, caboclos e camponeses. Exemplar, nessa direção, tem sido a incapacidade do Estado brasileiro de promover a

capacitação e conseqüente competência de lingüistas para investigar as línguas indígenas e contribuir no sentido da sua consolidação e mesmo no âmbito educacional, o que é base para o respeito a direitos constitucionais que garantem o direito à diversidade cultural (BRASIL, 1988). Contraditoriamente, missões religiosas, que pautam sua ação em estratégias padronizadoras com base em ensinamentos bíblicos e padrões culturais ocidentais, estão a consolidar sua presença entre essas populações, principalmente nas últimas décadas e, em especial, desde o enxugamento do Estado recentemente imposto pelo neoliberalismo.

Em face dessas condições e do empobrecimento das populações tradicionais, o que em grande medida têm sido produzidos pela destruição dos recursos naturais, notadamente pela exploração dos recursos florestais e pela caça e pesca predatórias, toda uma diversidade de ações antiambiente e de cooptações se fazem presentes na relação natureza e sociedade. Em um tal contexto, ocorrem tentativas de cooptação de cientistas sociais ou outros envolvidos em pesquisas junto a tais populações, no sentido de posicionar-se ao lado do Estado, das elites e dos segmentos excluídos. Como depreende-se de Santoyo (1992), podem ser muitos os limites no momento de uma tomada de decisão. Mas, em muitos casos, tal possibilidade é antes imposta, e em qualquer dessas circunstâncias notam-se as mais diversas tendências em termos de reações. De todo modo, elas podem iniciar num sentido de negação e terminar com aceitação das condições impostas; em outros termos, há os que sucumbem às imposições, os que ora atendem a uns e a outros interesses e os que se negam a submeterem-se.

O Estado, as instituições internacionais e as grandes empresas têm sabido cooptar cientistas e outros especialistas em populações tradicionais e sua inserção em processo de desenvolvimento, principalmente via excelentes salários, pró-labore ou outros benefícios materiais. Frequentemente ouve-se, a respeito de enriquecimento, a base de

diárias internacionais, de desvios de verbas de projetos em benefício próprio, de recebimento de propinas, de falsificações. Em nota de campo, a autora registrou que, por mais de uma vez, foi veladamente ridicularizada ao confirmar que pedira uma nota fiscal no valor dos gastos; a pessoa que a interpelou afirmou que o seu caso era exceção, pois todos os cientistas, assessores e consultores que passavam pelo estabelecimento solicitavam notas super faturadas⁸. E, no próprio processo de formação, não raro opera quem dá mais, ou seja, qual professor aporta maiores possibilidades em termos de bolsas de estudo, recursos para pesquisa e, ainda que raramente, até extorsão. Esse quadro pode parecer negro, mas não dista muito da tendência mais contemporânea. Nesta perspectiva, a noção de reciprocidade de Mauss (1924) dificilmente tem sido considerada.

Para as populações tradicionais, tal perspectiva também coloca-se como problemática, principalmente porque, em geral, não dispõem de recursos para buscar suas próprias assessorias e, quando dispõem, nem sempre têm condições de avaliarem as possibilidades e de contratarem o que há de melhor. As próprias instituições públicas e não-governamentais, responsáveis por alguns serviços que deveriam beneficiar essas populações, não raro vêem-se envolvidas em crimes de *colarinho branco* praticados por seus representantes, quer sejam eles cientistas ou não. Aliás, como posto por Mills (1951), esse tipo de envolvimento é, em geral, disseminado, como demonstram as tantas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI) e outros comitês de investigação, como os tribunais internacionais de efeito moral. Os casos de corrupção no antigo

Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, mais recentemente, da FUNAI e do INCRA são apenas alguns exemplos de que os interesses dos indígenas e de camponeses posseiros de boa fé têm sido negociados junto às elites socioeconômicas.

Conseqüentemente, na confluência dos interesses da pesquisa em relação ao desenvolvimento e às populações tradicionais, as implicações são diversas, pois os processos são muitos e remetem-se a uma totalidade de relações complexas, tanto de ordem socioambiental como política e cultural. Seguir uma ética pautada por ideais humanistas pode se tornar um caminho pleno de tensões, contradições e até violência. Em que medida a resistência a uma tal perspectiva seja possível é uma questão difícil de ser analisada, a não ser a partir de situações muito concretas. De todo modo, se competente no sentido da especialidade, o que *a priori* implica em ética, o enfrentamento a pressões e equívocos por certo que flui com certa serenidade para os cientistas e, simultaneamente, contamina (DOUGLAS, [1966] 1976) outros segmentos e indivíduos envolvidos numa dada situação.

NOTAS CONCLUSIVAS

O envolvimento dos cientistas sociais nos contextos de desenvolvimento junto às populações tradicionais revela uma condição sistematicamente crítica. Ora eles são percebidos como essenciais ora como vilões, isto sem mencionar todas as possibilidades, entre essas as polarizações positiva e negativa. Nesta direção, pode-se visualizar a participação dos agentes do Estado, da sociedade civil, que inclui as ONG, e das próprias populações tradicionais, o que não raro

⁸ Ainda em suas notas, são encontradas muitas referências a funcionários e técnicos de menor escalão que, ao trabalharem com populações tradicionais, se locupletam com as diárias ganhas enquanto exploram as populações [ou os integrantes da expedição que levam seus suprimentos] com quem vão trabalhar. *A gente se arranja; lá tem farinha e peixe* são as frases mais ouvidas quando se pergunta pelo suprimento de alimentos, no momento da partida de uma viagem. E, em campo, o que se observa é, muitas vezes, as casas com panelas vazias ou com alimentos pobres em nutrientes. Assim, em que pese a dureza da vida, onde domina a escassez de recursos, a noção de sociedade de afluência (SAHLINS, 1974) persiste nessas quanto a tais populações.

envolve faccionalismos e cooptações de diversas ordens. Quais poderiam ser os pontos de convergência de interesse na busca de um desenvolvimento, o mais sustentável possível, é uma questão que não se pode deixar de fazer, embora o difícil seja responder.

Sem querer reificar a condição de destituídos de contingentes populacionais significativos na Amazônia, o que em larga medida é extensivo à grande parte da humanidade nestes tempos contemporâneos, as populações tradicionais dessa região estão a passar por momentos críticos. Apesar de uma tal realidade, o Estado tem se mostrado inoperante ou, mais precisamente, está a reviver políticas, esperas e mesmo ações que se remetem aos momentos mais abjetos da política indigenista no Brasil e, em especial na Amazônia. E não tem sido diferente o seu envolvimento com os quilombolas e os caboclos. E os que têm poder entre os não-índios seguem essa mesma orientação e prática, sobrando para os que não têm poder algum no sentido de uma transformação desse *status quo*, ações que terminam perdendo-se nos meios burocráticos, sendo muitas vezes fragmentadas e incompreendidas, isto quando não se contrapõem abertamente aos interesses dessas populações.

De todo modo, as possibilidades são muitas quanto ao desenvolvimento e sustentabilidade. Profissionais das CH e, em especial, antropólogos têm buscado capacitar-se cada vez mais, sendo que esse processo vem ocorrendo também com outros especialistas, a exemplo de advogados. As teorias, as metodologias de ensino e de pesquisa e as estratégias de intervenção vêm igualmente sendo sofisticadas, especialmente porque as versões êmicas são incorporadas, ainda que parcialmente, embora muitas vezes impulsionadas por integrantes das populações tradicionais que se capacitam a partir de cursos de graduação e pós-graduação. Assim, pesquisas, estudos, projetos de assessoria e intervenção são produzidos, sendo muitas vezes de natureza pró-interesses dessas populações.

Entretanto, em um tal contexto os limites são muitos e variados. De fato, os embates são freqüentes, pois o Estado, as elites e outros grupos de interesse, quando não segmentos das populações tradicionais cooptados, interpõem-se nos contextos em que se tenta implementar idéias, métodos e estratégias no sentido do desenvolvimento para as populações tradicionais, quer em termos de sustentabilidade, quer em melhoria das condições de vida. Nestas circunstâncias, é comum que cientistas humanos, dentre os quais os antropólogos, sintam-se impotentes, o que no mais das vezes implica em alteração, redução ou mesmo anulação do potencial de criatividade, o que é essencial para uma perspectiva sustentável do desenvolvimento. Mas, com relativa freqüência, os próprios especialistas sucumbem a interesses escusos, o que se revela via concepções, análises e performances antiéticas ou, embora mais raramente, até criminosas.

Todavia, não é caso para reificar a natureza contraditória dessas notas conclusivas, mas sim ressaltar que, simultaneamente, desdobramentos positivos são freqüentes quanto à relação entre pesquisa em CH e populações tradicionais e desenvolvimento. Conseqüentemente, e apesar de muitos impasses, avanços estão a ocorrer não só no âmbito da capacitação profissional dos pesquisadores, mas também quanto aos direitos territoriais e outros dessas populações, do conhecimento sobre as dinâmicas científicas e culturais das mesmas, enfim, de seu potencial para o desenvolvimento sustentável. Evidentemente, um tom positivo nesse sentido requer um repensar crítico quanto à valorização dos cientistas; à democratização dos contextos sociais em questão, o que se coloca como fundamental para a disseminação da pesquisa; às ideologias, políticas e ações públicas e privadas em relação a tais populações; e ao próprio envolvimento das populações tradicionais nos processos de desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece o convite da antropóloga Dra. Lourdes G. Furtado para participar do Workshop Projeto Renas de 2002, o que ensejou a produção deste texto, bem como a oportunidade para a sua publicação.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. 1993. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. Belém: UFPA-NAEA. 234 p.
- ALMEIDA, A. W. B. de. 1995. *Quebradeiras de coco de babaçu: identidade e mobilização*. São Luís: III Encontro Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. 183 p. Legislação e outros doc.
- ALMEIDA, A. W. B. de. 1992. Desenvolvimento e responsabilidade dos antropólogos. In: ARANTES, A. A.; RUBEN, G. R.; DEBRET, G. G. (Orgs.). *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 111-122.
- ASAD, T. (Ed.). 1973. *Anthropology and the colonial encounter*. London: Ithaca Press.
- BALÉE, W. 1989. The culture of Amazonian forests. *Advances in Economic Botany*. New York, n. 7, p. 1-21.
- BASTIDE, R. 1971. *Antropologia aplicada*. Buenos Aires: Amorrortu Editores. 216 p.
- BOAS, F. 1896. *Race, language and culture*. New York: Macmillan.
- BORDA, O. F. 1981. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Ed. Brasiliense. p. 42-62.
- BRASIL. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- BRUNDTLAND REPORT. 1987. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press.
- CAJETE, G. (Ed.). 1999. *A people's ecology: explorations in sustainable living*. Santa Fé: Clear Light Publishers. 283 p. Ilustrado.
- CARDOSO, R. C. I. 1986. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. C. I. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. p. 95-105.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. (Eds.). 1986. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press. 305 p.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. 1983. *O índio e a cidadania*. São Paulo: Editora Brasiliense. 100 p.
- COPANS, J. 1971. Da etnologia à antropologia. In: COPANS, J. et al. (Org.). *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70. p. 13-56.
- DESCOLA, P. 1988. El mundo de la selva. In: LA SELVA culta: simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar. Quito: Abya-Yala. p. 303-362.
- DOUGLAS, M. [19_?]. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70.
- D'INCAO, M. A. 1994. Limites culturais na responsabilidade na conservação da biodiversidade. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da. (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi. p. 26-35.
- FERNANDES, V. F. 1986. *História do povo de Juramidam: introdução à cultura do Santo Daime*. Manaus: SUFRAMA. 162 p. Ilustrado.
- FERREIRA, Lindomal dos Santos. 2001. *Educação e reserva extrativista: possibilidades para o desenvolvimento sustentável em Soure, Pará*. Belém. 108 f. Dissertação (Mestrado Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará. Belém.
- FREI BETTO. 1981. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 115 p. (Coleção Primeiros Passos).
- FURTADO, L. G. 1994. Comunidades tradicionais: sobrevivências e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG. p. 67-74. (Coleção Eduardo Galvão).
- GARDNER, K.; LEWIS, D. 1996. Applying anthropology: an historical background. In: GARDNER, K.; LEWIS, D. *Anthropology, development and the post-modern challenge*. London: Pluto Press. p. 26-49.
- GÊNERO y desarrollo institucional en ONG. 1995. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NMPP. Organizado por M. da G. R. das Neves e D. M. Costa.
- GIANNINI, I. V. 2002. A construção do novo com os Xicrin. In: LIMA, A. C. de S.; HOFFMANN, M. B. (Orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa. p. 107-126.
- GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. R. 1991. *Environment and development in Latin America: the politics of sustainability*. Manchester: University Press.
- GUIJT, I.; SHAH, M. K. 1998. Waking up to power, conflict and process. In: GUIJT, I.; SHAH, M. K. (Eds.). *The myth of community: gender issues in participatory development*. London: Intermediate Technology Publications Ltd. p. 1-23.
- HARNER, M. 1982. *The way of the shaman: a guide to power and healing*. Toronto: Bantam Books. 216 p. Ilustrado.
- HARRIS, M. 1964. *Patterns of race in the Americas*. New York: Walker.
- HEELAS, P.; LASH, S.; MORRIS, P. (Eds.). 1996. *Detraditionalization: critical reflections on authority and identity*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers. 347 p.
- HIATT, L. R. 1989. Aboriginal land tenure and contemporary claims in Australia. In: WILMSEN, E. N. (Ed.). *We are here: politics of aboriginal land tenure*. Berkeley: UCP. p. 98-117.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. 1983. *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge U. Press.

- INDRIÚNAS, L. C. 2004. **Projeto Kaben Djuoi de Manejo Florestal dos Xikrin do Catete: perspectivas econômicas, históricas e político-institucionais**. 115 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA da Universidade Federal do Pará, Belém, Mapas.
- JAMES, W. [1973]1992. The anthropologist as reluctant imperialist. In: ASAD, T. (Ed.). **Anthropology and the colonial encounter**. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press. p. 41-69.
- KUPER, H. 1980. **Biography as interpretation**. Bloomington, Ind.: [s.n.]. Eleventh Annual Hans Wolff Memorial Lecture.
- LEA, V. 1997a. **Parque Indígena do Xingu**. Campinas: IFCH/UNICAMP. 220 p. Ilustrado. (Laudo antropológico).
- LEA, V. 1997b. **Kapoto**. Campinas: IFCH/UNICAMP. 201 p. Ilustrado. (Laudo antropológico).
- LÉVI-STRAUSS, C. [1962]1976. A ciência do concreto. In: _____. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Ed. Nacional. p. 19-55.
- LIMA, J. G. de; SALGADO, E. 2003. Globalização fase 2 – as chances do Brasil. **Veja**. São Paulo, Ano 36, n. 5, 5 fev. p. 40-46.
- LUKE, T. W. 1996. Identity, meaning and globalization: detraditionalization in postmodern space-time compression. In: HEELAS, P.; LASH, S.; MORRIS, P. (Eds.). **Detraditionalization: critical reflections on authority and identity**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers. p. 109-133.
- MALINOWSKI, R. 1967. **A diary in the strict sense of the term**. New York: Harcourt/Brace/World.
- MALINOWSKI, R. 1929. Practical anthropology. **Africa**, n. 2, p. 22-28.
- MARX, K. [1867]1946. Posfácio a la segunda edición. In: _____. **El Capital: crítica de la economía política**. México: Fondo de Cultura Económica. p. 17-24. v. 1.
- MARX, K. [1867]1946. El Fetichismo de la mercancía, y su secreto. In: _____. **El Capital: crítica de la economía política**. México: Fondo de Cultura Económica. p. 37-47. v. 1.
- MAUSS, M. 1924. **Le essai sur le don**. Paris: [s.n.].
- MEDEIROS, A. 1998. Os órfãos de Chico Mendes. **Época**. São Paulo, p. 52-59, 21 set. Fotos de A. Sant'Anna.
- MILLS, C. W. 1951. **White collar: the American middle class**. New York: Oxford University Press.
- MORGAN, L. H. [1859-1862]1959. **The Indian journals**. Ann Arbor: University of Michigan Press. Introdução de Leslie White.
- NASCIMENTO, E. P. do. 2001. Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: dilema ou desafio? In: BURZSTYN, M. (Org.). **Ciência, ética e responsabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez Editora. p. 95-113.
- O ÍNDIO e a cidadania. 1983. São Paulo: CPI.
- OLIVEIRA, R. C. de. 1996. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37.
- OLIVEIRA, R. C. de. 1992. Práticas interétnicas e moralidade. In: ARANTES, A. A.; RUBEN, G. R.; DEBRET, G. G. (Orgs.). **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo**. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 55-66.
- OS ÓRFÃOS do censo. 2001. **Época**, São Paulo, n. 142, p. 88-93.
- PIÑA, C. 1991. Sobre la naturaleza del discurso autobiográfico. **Anuário Antropológico/88**. Brasília: Editora da UnB. p. 95-126.
- POSEY, D. A. 1983. Indigenous knowledge and development: an ideological bridge to the future. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 35, n. 7, p. 877-894.
- PROFISSIONAIS titulados pelo Mestrado em Antropologia. 2002. Belém: MAN/UFPA. 9 p.
- RAMOS, A. 1935. **Guerra e relação de raça**. Rio de Janeiro: Deptº. União Nacional dos Estudos.
- REED, R. 1997. Guaraní production. In: _____. **Forest dwellers, forest protectors: indigenous models for international development**. Boston: Allyn and Bacon. p. 49-75.
- RIBEIRO, G. L. 1987. **Tupi or not Tupi: anthropology and the Brazilian dilemma**. Chicago: [s.n.]. 86th Annual Meeting of the American Anthropology.
- RODRIGUES, N. [1894]1957. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Progresso.
- SACHS, I. 1980. **Strategies de l'écodeveloppement**. Paris: Ed. Ouvrières.
- SAHLINS, M. [1972]1974. **Stone age economics**. Chicago: Aldine-Atherton Inc.
- SANTOS, S. C. dos. et al. 1982. **O índio perante o direito**. Florianópolis: Editora da UFSC.
- SANTOYO, M. J. 1992. Antropólogos, projetos de desenvolvimento e movimentos sociais. In: ARANTES, A. A.; RUBEN, G. R.; DEBRET, G. G. (Orgs.). **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo**. Campinas: UNICAMP. p. 69-79.
- SCHLEMMER, B. 1992. A ética da profissão: da responsabilidade política do cientista à responsabilidade científica do pesquisador – um itinerário da antropologia francesa. In: ARANTES, A. A.; RUBEN, G. R.; DEBRET, G. G. (Orgs.). **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo**. Campinas: UNICAMP. p. 137-153.
- SCHWARTZ, L. 1993. Uma história de “diferença e desigualdades”: as doutrinas raciais do século XIX. In: _____. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras. p. 43-66.
- SIDER, G. 1997. Against experience and struggles for history, tradition, and hope among Native American people. In: SIDER, G.; SMITH, G. (Eds.). **The making of silences and commemorations**. Toronto: University of Toronto Press. p. 62-67.
- SIMONIAN, L. T. L. 2004. Devastação e impasses para a sustentabilidade dos açais no vales do rio Maracá, AP. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROISSMAN, M. (Orgs.). **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: MPEG. p. 233-252.
- SIMONIAN, L. T. L. 2002. **Mujeres caboclas en la Amazonia contemporánea: identidad, trabajo y cuestiones nuevas**. [S.l.]: Leticia. 30 p. Manuscrito.
- SIMONIAN, L. T. L. 2001. **Mulheres da floresta Amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: Editora do NAEA. 270 p. Ilustrado.

- SIMONIAN, L. T. L. 2000. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Orgs.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP/UFPA/NAEA. p. 9-53. (Série Estado e Gestão Pública, 1).
- SIMONIAN, L. T. L. 1999a. *A missão numa perspectiva antropológica. Cadernos do NAEA*. Belém, v. 2, n. 1, p. 129-148.
- SIMONIAN, L. T. L. 1999b. *Laudo antropológico-fundiário Kaiapó*. [S.l.:s.n.]. Ilustrado.
- SIMONIAN, L. T. L. 1998. *Perícia judicial de natureza antropológica-fundiária sobre a TI Mãe Maria, município de Bom Jesus do Tocantins, Pará*. Belém: NAEA/UFPA. 157 p. anexos. Ilustrado.
- SIMONIAN, L. T. L. 1997. Insustentabilidade do extrativismo da madeira na Amazônia: bases teórico-históricas, situação atual e perspectivas. In: SIMPÓSIO AMAZÔNIA AGENDA E ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE. 21. *Paper...* Belém: NAEA-UFPA. 33 p. Em processo de revisão para publicação.
- SIMONIAN, L. T. L. 1996. *Direitos territoriais dos Kaingang e Guarani da TI Nonoai/RS*. Belém: [s.n.]. Ilustrado. (Laudo antropológico-fundiário).
- SIMONIAN, L. T. L. 1995. *Castigos cruéis entre os Kaingang da TI Votouro (RS): resistência cultural ou novas práticas?* Brasília/Belém: [s.n.]. Ilustrado. Laudo antropológico solicitado pela PGR.
- SIMONIAN, L. T. L. (Org.). 2005a. *Soure e a Reserva Extrativista Marinha: observações, notas de viagem, insights e imagens*. Belém: [s.n.]. No prelo.
- SIMONIAN, L. T. L. (Org.). 2005b. *Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)*. Belém: Projeto NAEA/FFORD. 370 p. Mapas, figuras.
- SOARES, M. do S. de O. 2001. *Políticas públicas e ações de desenvolvimento para as populações tradicionais da RESEX Chico Mendes, Acre/Brasil*. 135 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará. Belém. Ilustrada.
- WASHBURN, W. E. 1987. Distinguishing history from moral philosophy and public advocacy. In: MARTIN, C. (Ed.). *The American Indian and the problem of history*. New York: Oxford University Press. p. 91-97.
- WILMSEN, E. N. (Ed.). 1989. *We are here: politics of aboriginal land tenure*. Berkeley: UC Press. 210 p.
- YANOMAMI, D. K. 1989. To all the people of the earth. *IWGIA Newsletter*. Copenhagen, n. 59, p. 36-41.

Recebido: 05/06/2004
Aprovado: 22/03/2005

